

17/10/2012

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 545 MATO GROSSO

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RÉU(É)(S)	: ELIENE JOSÉ DE LIMA
ADV.(A/S)	: EUSTÁQUIO INÁCIO DE NORONHA NETO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: VALBER MELO
ADV.(A/S)	: EMANOEL MUSSA AMUI PINHEIRO

EMENTA: AÇÃO PENAL. CRIME ELEITORAL. CONTROVÉRSIA A RESPEITO DA IMPRESCINDIBILIDADE DA REALIZAÇÃO DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO EM PROCESSO ELEITORAL QUE, APÓS A INSTRUÇÃO, FOI REMETIDO A ESTA CORTE. EMENDATIO LIBELI APRESENTADA PELO PARQUET EM ALEGAÇÕES FINAIS. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO DENUNCIADO. QUESTÃO DE ORDEM. DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO PELA REALIZAÇÃO DE INTERROGATÓRIO DO RÉU E PELA OPORTUNIDADE DE DEFESA DIANTE DA EMENDATIO LIBELI.

1. Processo criminal eleitoral submetido à jurisdição do Supremo Tribunal Federal. Superveniência da Lei nº 10.732/2003 que alterou o artigo 359 do Código Eleitoral e da Lei nº 11.719/2008 que deslocou para após a oitiva de testemunha a realização do interrogatório do denunciado. Imprescindibilidade da realização da audiência de interrogatório, embora o procedimento penal tenha obedecido o rito previsto à época da vigência do artigo 359 do Código Eleitoral, na redação originária.

2. *Emendatio libeli* apresentada pelo Ministério Público Federal em alegações finais. Manifestação da defesa.

3. Questão de ordem resolvida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no sentido da realização da audiência de interrogatório do denunciado e da indispensabilidade da intimação da defesa para se

AP 545 QO / MT

manifestar a respeito da *emendatio libeli* apresentada pelo *Parquet* em alegações finais.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, nos termos do voto do Relator, em resolver questão de ordem no sentido de que o feito não seja julgado sem que antes se proceda ao interrogatório do acusado e seja dada vista, à defesa, da *emendatio libelli* apresentada pelo Procurador-Geral da República.

Brasília, 17 de outubro de 2012.

MINISTRO LUIZ FUX - RELATOR

Documento assinado digitalmente

17/10/2012

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 545 MATO GROSSO

PROPOSTA

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Senhor Presidente, aqui a matéria é simples, é uma questão de ordem que abarca duas questões, inafastáveis, formais.

A primeira delas é que adveio a lei nova exigindo, durante o curso da instrução, a necessidade do interrogatório do denunciado. E, por outro lado, o Ministério Público, sob o pálio de empreender uma **emendatio libelli**, atribui um outro fato ao réu, e que tem uma repercussão interessante, porque esse outro fato ocorreu numa data em que o prazo prescricional fica sendo maior. Então, de alguma maneira traz prejuízo para a defesa, porque, pelo fato "x", está prescrito; pelo fato novo - da **emendatio** -, a prescrição fica maior. Isso é, evidentemente, em potência, um prejuízo para a defesa.

Então, sem o interrogatório e sem a possibilidade de a defesa falar sobre essa **emendatio libelli**, que causa prejuízo a ela, eu tenho a impressão de que é absolutamente inviável esse julgamento antes dessas providências prévias.

Dessa forma, suscito, como questão de ordem, neste caso, que o feito não seja julgado sem antes se proceder ao interrogatório do acusado, porque a lei surgiu estabelecendo esse interrogatório, e o processo tramitou sete anos sem esse interrogatório. Eu quero até dizer que esse feito é de 1994, eu era Juiz do Tribunal de Alçada.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Vossa Excelência propõe chamar o processo à ordem?

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - À ordem, exatamente.

AP 545 QO / MT

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – E sem julgamento.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Sem julgamento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Sem se apreciar, inclusive, a emenda ou a mudança da inicial?

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Não, eu quero dar prazo para a parte fazer isso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não examinemos, deixemos para apreciar posteriormente.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Exato.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Para que se observe o interrogatório do réu.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - O interrogatório, e que se dê vista à defesa dessa **emendatio**.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Dessa **emendatio**.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - Isso. A minha Revisora já tinha comentado esse defeito formal - isso nos veio muito em cima -, mas esses defeitos são intransponíveis. Então, a Revisora com a palavra.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – É uma decisão simplesmente interlocutória, Presidente.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) -

AP 545 QO / MT

Interlocutória, perfeito.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Sinalizo a prescrição, considerada a passagem do tempo.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR) - É.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não há interrupção.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Então, Vossa Excelência resolve a questão de ordem por essa forma.

17/10/2012

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 545 MATO GROSSO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Diante das alegações finais da defesa no sentido de que o interrogatório do réu não foi realizado e de que o referido ato judicial seria imprescindível, tendo em conta o teor do despacho da eminente Ministra revisora reconhecendo a controvérsia a respeito do tema, bem como a assertiva do Ministério Público Federal quanto à desnecessidade da oitiva do réu, de acordo com o procedimento previsto na legislação eleitoral em vigor na época da instrução, submeto a presente questão ao Pleno desta Corte.

Quanto ao tópico, voto propondo o julgamento do processo após a realização do devido interrogatório do acusado e da manifestação da defesa a respeito da *emendatio libeli* oferecida pelo Ministério Público.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 545

PROCED. : MATO GROSSO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RÉU(É) (S) : ELIENE JOSÉ DE LIMA

ADV.(A/S) : EUSTÁQUIO INÁCIO DE NORONHA NETO E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : VALBER MELO

ADV.(A/S) : EMANOEL MUSSA AMUI PINHEIRO

Decisão: O Tribunal resolveu questão de ordem no sentido de que o feito não seja julgado sem que antes se proceda ao interrogatório do acusado e seja dada vista, à defesa, da *emendatio libelli* apresentada pelo Procurador-Geral da República, nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente, Ministro Ayres Britto. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa e, neste julgamento, o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 17.10.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Assessor-Chefe do Plenário